



FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1ª Notificação:

Alteração da notificação anterior:

Preencher caso for alteração:

N.º de Processo: _____

Ano: _____

1. Responsável pelo tratamento

Pessoa Singular:

Pessoa Colectiva:

a) Nome/Denominação:*

b) Nome Comercial:

c) Actividade desenvolvida:*(*anexo 2*)

d) NIF:

Endereço da entidade

e) Província:

f) Município:

g) Distrito/Bairro/Rua:

h) Telefone:

i) Caixa Postal:

j) E-mail:*

k) País:

Angola:

Fora do Território Nacional:

l) Representante:*

m) Nome Comercial:

n) Município:

o) Bairro:

p) Rua:

q) País:

r) Nome da pessoa de contacto:*

s) E-mail:*

t) Telefone:*

2. Finalidade do tratamento (Cada notificação só deve conter uma finalidade)

Descrição da finalidade (*Indique uma das opções indicadas em anexo 3 ou outra a especificar*):

3. Descrição das categorias de Dados Pessoais a tratar

3.1 Dados Pessoais contidos em cada registo

Convicções filosóficas ou políticas*	Sim:	<input type="checkbox"/>	Não:	<input type="checkbox"/>
Filiação partidária ou sindical	Sim:	<input type="checkbox"/>	Não:	<input type="checkbox"/>
Fé religiosa*	Sim:	<input type="checkbox"/>	Não:	<input type="checkbox"/>
Vida privada*	Sim:	<input type="checkbox"/>	Não:	<input type="checkbox"/>
Origem racial ou étnica*	Sim:	<input type="checkbox"/>	Não:	<input type="checkbox"/>
Saúde e vida sexual	Sim:	<input type="checkbox"/>	Não:	<input type="checkbox"/>
Dados genéticos*	Sim:	<input type="checkbox"/>	Não:	<input type="checkbox"/>
Suspeitas de actividades ilícitas*	Sim:	<input type="checkbox"/>	Não:	<input type="checkbox"/>
Condenações penais*	Sim:	<input type="checkbox"/>	Não:	<input type="checkbox"/>
Decisões que apliquem medidas de segurança	Sim:	<input type="checkbox"/>	Não:	<input type="checkbox"/>
Multas, sanções acessórias*	Sim:	<input type="checkbox"/>	Não:	<input type="checkbox"/>
Infracções penais e Contravenções passível de multas*	Sim:	<input type="checkbox"/>	Não:	<input type="checkbox"/>

Que outros dados referentes aos artigos 13.º à 17.º da Lei n.º 22/11, de 17 de Junho?

Lista de dados pessoais a tratar:

4. Recolha de Dados

4.1 Recolha Direita:

Presencial: Telefone: Por Impresso:

Internet: URL: _____

Outra:

Descreva a outra forma de recolha direita.

4.2 Recolha Indireita:

Descreva a outra forma de recolha indireita.

5. Comunicação de dados a terceiros

Existe comunicação de dados a terceiros?*

Sim:

Não: (Se não -> 6)

Lista de entidades onde os dados serão transferidos (Transmitidos)

Antes de preencher verificar o n.º 10 do anexo 1.

N.º	Entidades que foram comunicados dados	Condições de Comunicação #	Dados Transferidos
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			

OBS: Caso o número for superior a oito, anexe uma lista com as entidades, as condições de comunicação e os dados transferidos.

6. Processamento da Informação

Serviço Externo encarregado do processamento

Sim:

Não: (Se não -> 7)

Entidade subcontratada*

a) Município:

b) Bairro:

c) Rua:

Caso exista mais que uma entidade, deverá anexar uma lista de todas as entidades que processam os dados, com que fim e quais os dados tratados.

7. Interconexões de Tratamento de Dados Pessoais

Interconexões de Tratamentos*

Sim:

Não: (Se não -> 8)

Se sim, descreve a finalidade, tipos de dados, objecto de interconexão e os responsáveis pelo tratamento*

8. Prazo máximo de conservação dos Dados Pessoais

Qual o prazo máximo de conservação dos dados?*

9. Exercício do direito de acesso

Morada do local do exercício do direito de acesso.

a) Município:

b) Bairro:

c) Rua:

d) Telefone:

e) Correio Eletrónico:

De que forma é exercido o direito de acesso?

Presencial:

Escrita:

Outra:

10. Transferências Internacionais de Dados

Existe transferência para fora do Território Nacional?

Sim:

Não: (Se não -> 11)

Lista de entidades e países onde os dados serão transmitidos e quais os dados a transferir

Os tipos de fundamentos possíveis são os que se encontram no anexo 4. Deve mencionar um ou mais fundamentos, consoante o caso.

Nº	Entidade	País	Dados Transferidos	Fundamentos (Ver anexo 4) #
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

Nota 1: Caso o número for superior a oito, anexe uma lista com as entidades, país, dados transferidos e os respetivos fundamentos.

Nota 2: Se o fundamento para a transferência for de País com nível de Protecção de Dados adequado, deve anexar documentos ou referências que atestam essa condição (OPCIONAL).

Nota 3: No caso em que o fundamento for por contrato ou empresa do mesmo Grupo, deve anexar o Contrato ou a Política de Protecção de Dados em vigor no Grupo.

11. Medidas de segurança a implementar

a) Medidas de segurança física:

Especifique as medidas de segurança física do sistema:

b) Medidas de segurança lógica:

Especifique as medidas de segurança lógica do sistema:

Nota: Caso se tratar de um serviço subcontratado ou terceirizado, deve anexar o contrato entre o responsável pelo tratamento e o subcontratado ou terceiro com cláusulas de protecção de dados pessoais, designadamente quem é o responsável pela protecção dos dados pessoais, que medidas de segurança física e lógica serão adoptadas pelo subcontratado ou terceiro, e onde o titular dos dados pode recorrer para exercer os seus direitos e indicar em qual jurisdição deverá recorrer em caso de violação dos dados pessoais.

12. Informação adicional

Existe alguma informação adicional relevante que queira partilhar?

Sim:

Não:

Se sim, anexar.

Nota: Os documentos a anexar ao processo devem estar traduzidos na Língua Portuguesa.

Ao assinar e/ou submeter este formulário declaro que as informações prestadas são verdadeiras, bem como os documentos de suporte e estou ciente que fornecer falsas informações é punível nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 55.º da Lei da Protecção de Dados Pessoais e demais legislação em vigor.

Em _____, aos _____ / _____ /20____

Assinatura*

ANEXOS

Anexo 1: INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DE NOTIFICAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS

(*) Campos de Preenchimento Obrigatório

CONCEITOS/DEFINIÇÕES

1	Nome:	Indicar o nome da pessoa singular responsável pelo tratamento.
2	Denominação:	Refere-se à designação oficial de uma instituição pública ou privada responsável pelo tratamento.
3	Nome comercial:	Pode ser a sigla ou designação em relação à qual a instituição é mais conhecida.
4	Actividade desenvolvida:	Ver o anexo 2.
5	Serviço Externo encarregado do processamento:	Deve-se responder se existe uma pessoa singular ou colectiva, autoridade pública, serviço ou qualquer outro organismo que trate dos dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento.
6	Finalidade do tratamento:	De acordo com as áreas, deve-se seleccionar a finalidade constante na lista em anexo 3. As áreas vêm em letra maiúscula. A indicação da finalidade deve ser uma das indicadas em letra minúscula.
7	Dados pessoais contidos em cada registo:	Em relação aos itens elencados deve-se marcar na coluna "Sim" ou na coluna "Não", consoante o caso.
8	Lista dos dados pessoais tratados:	Descrever claramente o dado pessoal que é registado (ex.: Nome, morada, NIF, BI, etc), no espaço reservado abaixo da epígrafe Lista de dados pessoais tratados.
9	Comunicação de dados a terceiros:	Questiona-se se alguma pessoa singular ou colectiva, autoridade pública, serviço ou outro organismo que não sendo responsável pelo tratamento, portanto sem intervenção na recolha, recebe os dados para tratar.
10	Condições de Comunicação:	Pretende-se saber se a comunicação de dados está a ser feita de forma lícita, nomeadamente se existe algum contrato, acordo de serviço, se observa finalidade que determinou a recolha de dados, o direito de informação do titular dos dados, bem como a segurança física e lógica.
11	Interconexões de tratamentos:	Relacionamento de dados de um ficheiro com dados de outro ou outros ficheiros mantidos pelo mesmo responsável com outra finalidade ou por outros responsáveis pelo tratamento.
12	Transferências internacionais de dados:	Neste quesito pede-se para indicar se os dados são enviados para fora do território nacional. Se "Sim", indique o país, a entidade, tipo de dados em concreto e o respectivo fundamento. (Ver o tipo de Fundamentos no anexo 4).
13	Exercício do direito de acesso:	O responsável de tratamento deve indicar o lugar bem como a forma como é exercido esse direito.
14	Medidas de segurança física:	Deve mencionar as barreiras físicas que impeçam que pessoas não autorizadas tenham acesso a espaços onde os dados estão guardados.
15	Medidas de segurança lógica:	Consiste na implementação de chaves de acesso, encriptação do conteúdo e registos de operações efectuadas no sistema. Podem ocorrer situações em que estejam implementadas, simultaneamente, medidas de segurança física e lógica.
16	Assinatura	É obrigatório a assinatura da notificação, a não assinatura implicara anulação da solicitação

Anexo 2: ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

Nº	TIPOS DE ACTIVIDADES
1	Actividade de Televisão
2	Administração Pública (Central, Local)
3	Alojamento (Hotel, Residencial, Pensão, etc.)
4	Centro Comercial Publicidade, Estudos de Mercado, Sondagens de Opinião
5	Comércio Electrónico Actividade Financeira
6	Defesa
7	Emprego (Seleccção, fornecimento de recursos humanos)
8	Ensino (Pré-escolar, Básico, Secundário, Superior)
9	Estabelecimento comercial de venda a público
10	Negócios Estrangeiros Previdência Social
11	Produção da Água
12	Produção da Electricidade
13	Saúde
14	Segurança e Ordem pública
15	Segurança Privada
16	Seguros
17	Justiça
18	Informática
19	Serviço de Internet (processamento de dados, domiciliação de informação)
20	Telecomunicação
21	Transporte (Aéreo, Marítimo, Terrestre)

Anexo 3: FINALIDADE DO TRATAMENTO

GESTÃO CONTABILIDADE, FISCAL E ADMINISTRATIVA	TELECOMUNICAÇÕES
Gestão Fiscal	Gestão da facturação
Gestão Administrativa	Retenção de dados de tráfego/localização
Gestão de Facturação	Gestão de contencioso
Gestão de Clientes	Gestão pedidos interceção judiciais das comunicações
Gestão de cobranças e pagamentos	Gestão de pedidos da Lei
Gestão de Fornecedores	Gestão de serviços de GPS
Administração de Condomínios	
Consultorias, Auditorias e Serviços relacionados	
Histórico de Relações Comerciais	
RECURSOS HUMANOS	ACTIVIDADE FINANCEIRA, CREDITÍCIA E SEGURADORA
Gestão de Recursos Humanos	Gestão de Clientes
Processamento de renumerações	Avaliação de Risco de Crédito
Formação profissional	Titularização de créditos
Gestão de Sanções disciplinares	Cessão de créditos
Seleção de Pessoal e Recrutamento	Prospecção das opções de crédito
Gestão de trabalho temporário	Gestão de créditos litigiosos
Gestão de Teletrabalho	Recuperação de créditos extrajudiciais
Medicina no trabalho	Informação e negócios
Controlo de Horário / Assiduidade	Gestão de seguros de vida
Controlo de emails, acessos à internet e chamadas	Gestão de seguros de não vida
Controlo de alcoolemia e produtos psicotrópicos	Gestão de seguros automóveis
Linhas de ática (Whistle blowing)	Gestão de seguros de acidentes pessoais
Controlo por GPS/GSM/RFID	Gestão de seguros de acidentes de trabalho
	Gestão de seguros outra natureza
	Mediação de seguros
GRAVAÇÃO DE CHAMADAS	ACTIVIDADE SOCIAL
Gravação de chamadas na relação contratual	Gestão de utentes
Gravação de chamadas de emergência	Gestão de apoio domiciliário
Gravação para monitorização da qualidade de serviço	Atribuição ou prestação de apoios sociais
	Gestão de linhas telefónicas de apoio
ACTIVIDADE EDUCATIVA	SAÚDE
Gestão de Alunos	Gestão de Processos clínicos
Gestão de Docentes	Prescrição medicamentosa electrónica
Promoção e Inserção na Vida Profissional	Gestão administrativa de utentes
Gestão de cartões escolares electrónicos	Estudos clínicos observacionais (não intervencionais)
Gestão de apoios sociais	Ensaio clínicos (intervencionais)
Gestão de sites escolares	Farmacovigilância
	Gestão de utentes de farmácia
	Sistema de Apoio à prática de enfermagem
ACTIVIDADE COMERCIAL E DE MARKETING	OUTRAS FINALIDADES
Marketing	
Sondagens e Inquéritos de opinião	
Análise de Perfis de Consumo	
Gestão de clientes	
Fidelização de clientes	
Registo de utilizadores em site da internet	

Anexo 4: FUNDAMENTO PARA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOIAS

Nº	Fundamentos
1	Consentimento
2	Cláusulas contratuais
3	País com protecção de dados adequado
4	Execução de contrato com o titular
5	Execução de contrato com o terceiro
6	Interesse público importante
7	Exercício de direitos em processo judicial
8	A partir de registo público
9	Outros (a especificar)